

Empresa/Entidade	Nome	Sugestão
Gran Petro	Maurício Monteiro Ferraresi	<p>Considerando que a Resolução 43, hoje em vigor, em seu artigo 6º prevê a comercialização de etanol pelo produtor somente a outros fornecedores ou distribuidoras, ou ainda, mercado externo, trazendo limitações que colidem com o princípio constitucional da livre concorrência.</p> <p>Resolução 43, 6º, de 2009, ANP. Art. 6º O fornecedor SOMENTE poderá comercializar etanol combustível com: I - outro fornecedor cadastrado na ANP; II - distribuidor autorizado pela ANP; e III - mercado externo.</p> <p>Parágrafo único. O etanol comercializado somente adquirirá a denominação combustível se atender à especificação estabelecida pela ANP, inclusive quanto à adição de corante no caso do etanol anidro, e se tal finalidade for indicada no respectivo documento fiscal.</p> <p>Considerando que a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97) ditou regras básicas quando da criação da ANP, prevendo textualmente que uma de suas finalidades precipuas seria a regulação do mercado visando a proteção do consumidor, é mandatório que se promova a efetiva abertura de mercado.</p> <p>Prevê o artigo 8º da Lei nº 9.478/97 – Lei do Petróleo:</p> <p>Lei nº 9.478/97. Art. 8º. A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe: I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;</p> <p>Além disso, a proteção do consumidor é matéria consagrada na Constituição Federal, lei maior do Estado, impondo sua observância justamente no capítulo que regula a atividade econômica, mais especificamente no artigo 170, o qual preceitua que a LIVRE CONCORRÊNCIA e a DEFESA DO CONSUMIDOR são princípios que devem nortear o Estado brasileiro, vejamos:</p> <p>Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; (...)</p> <p>Deste modo, considerando estas premissas, a distribuição do etanol diretamente da usina produtora para o posto de combustível revendedor, promoverá melhor ABASTECIMENTO do produto e, sobretudo, MENOR CUSTO ao consumidor, refletindo verdadeiro incentivo à livre concorrência.</p> <p>Pois bem. As limitações impostas pelo dispositivo que veda a venda de etanol pelas usinas aos postos revendedores é antagônica aos princípios constitucionais da livre concorrência e defesa do consumidor, sendo que a flexibilização do sistema traduziria melhor cenário ao mercado de combustíveis e, especialmente, ao consumidor.</p> <p>Mas a situação impõe uma análise mais ampla, que permita que se observe a legislação que rege o setor de combustíveis como um todo, não se limitando apenas à questão das usinas e revendedores varejistas.</p> <p>Desde sua criação, no final dos anos 90, a ANP busca regular o setor de forma intensa, com a publicação de amplo regramento. Todavia, com o decorrer do tempo, as normas que regem o setor e toda a atividade que envolvem os combustíveis tornaram-se ultrapassadas, criando distorções de mercado, culminando com situações de desrespeito ao consumidor e de comprometimento quanto ao abastecimento.</p> <p>Todavia, o atual posicionamento da reguladora vem indicando uma evolução, o que se consubstanciará com uma efetiva flexibilização das regras do mercado para adequá-las à Constituição Federal e seus princípios impositivos para uma ordem democrática de direito.</p> <p>De fato, em exposições públicas de opinião, a própria ANP e seu corpo diretivo, em especial seu diretor presidente, Décio Oddone, tem declarado que a agência caminha neste sentido, como foi mencionado no lançamento da iniciativa COMBUSTÍVEL BRASIL, quando declarou que: "[...] o país precisa repensar seu setor de refino e de distribuição de combustíveis, para estar preparado para o futuro e para a retomada do crescimento da economia [...]".</p> <p>Por sua vez, a restrição de comercialização de combustíveis em razão da MARCA COMERCIAL (constante no artigo 32 de Resolução 58/2014) é um outro exemplo de limitação à LIVRE CONCORRÊNCIA, fazendo com que recursos públicos sirvam de forma indevida, à fiscalização de contratos privados.</p> <p>Na resolução 41/2013 (no inciso II, do §2º, e também no §4º, todos constantes no artigo 25), se repete a mesma incabível situação de verdadeira RESERVA DE MERCADO.</p> <p>No caso da presente consulta pública, cujo objetivo é a elaboração de ato normativo para a criação de novas regras para a comercialização de etanol combustível pelas usinas diretamente aos postos revendedores varejistas, a única limitação que se concebe é a de que os entes envolvidos na comercialização sejam devidamente autorizados pela ANP.</p> <p>É o momento da ANP priorizar o que é sua atribuição por imposição legal, objetivando primordialmente a LIVRE CONCORRÊNCIA e a DEFESA DO CONSUMIDOR, deixando de regrar desnecessariamente, promovendo a flexibilização do mercado, que deverá se autorregular na comercialização diante das premissas oriundas da competitividade.</p> <p>Não há mais de se criar barreiras comerciais entre os setores, fomentando a possibilidade da venda direta – sem escalas – entre todos os setores do downstream, promovendo uma verdadeira abertura do mercado.</p> <p>Conclusão:</p> <p>Ex positis, a Gran Petro reitera que, em respeito aos preceitos norteadores da LIVRE CONCORRÊNCIA e DEFESA DO CONSUMIDOR, é favorável a ampla flexibilização do mercado que se autorregulará espontaneamente, sem a desnecessária interferência desta ANP através de regulações que possam gerar reservas de mercado, inclusive.</p>

## Instruções para envio do formulário:

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até o dia 06 de setembro de 2018 pelo e-mail [regulacao\\_sab@anp.gov.br](mailto:regulacao_sab@anp.gov.br). A apresentação das informações de identificação contidas nesse formulário é obrigatória.